

“Pagamento será condicionado à não reclassificação do débito”

por Jurema Boesse
de Brasília

O Brasil poderá aceitar a exigência do comitê assessor de bancos de fazer “um pagamento simbólico de juros”, desde que este pagamento, além de ser realmente simbólico, seja feito na forma de um depósito caucionado em um órgão oficial internacional, e que ele tenha como contrapartida a garantia política da comissão intergovernamental reguladora de créditos de que os empréstimos brasileiros não serão reclassificados no próximo dia 26.

Esta possibilidade foi discutida, ontem, entre os senadores do PFL, Carlos Chiarelli, e do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Segundo Chiarelli, a comissão de negociadores, que se encontra hoje com o comitê assessor, já deixou o Brasil com esta disposição. A idéia do depósito caucionado, entretanto, só ontem foi realmente discutida. O que está claro, segundo Chiarelli, é que o possível “down payment” (pagamento simbólico de juros) só será feito se ele for de interesse do País e se vier acompanhado de um gesto, também de boa von-

tade, por parte dos credores.

Além disso, salientou, o “down payment” não tem nenhuma relação com o fim da moratória. “Seria um pagamento isolado, único e sem nenhuma relação com mensalidade.” Esta decisão não implicaria “quebra da moratória”, acentuou, e ainda é uma possibilidade remota. Caso o governo entenda ser esta uma alternativa ela deverá induzir o governo americano a também “flexibilizar

um pouco as suas regras”.

A expectativa, segundo revelou o senador do PFL, é de que a comissão “abra uma exceção para o Brasil assim como já ocorreu com o Peru, o único país que se encontrava em condição semelhante à nossa”. A Argentina, lembrou, no quinto mês de sua suspensão de pagamentos, fez um acordo com o Fundo. Chiarelli, assim como o ministro, entende que o fato de o País já estar negociando irá favorecer uma boa decisão por

parte da comissão reguladora.

Os senadores saíram satisfeitos do encontro. Cardoso, por sua vez, salientou que “a expectativa é de que seja firmado um acordo de três anos sem a vinculação com o FMI”. Ambos entendem que a posição do ministro continua a mesma e que ele “mantém uma posição de otimismo moderado”. Bresser ao sair do encontro, acentuou que “é fundamental o apoio do Senado”.